

# Da crise à autonomia

No Distrito Federal as ações oficiais enfrentam dificuldades nos mais diferentes setores. Por exemplo, o Serviço de Limpeza Urbana está em crise e a Saúde Pública não tem remédio para a Aids, segundo o noticiário deste jornal (edição de ontem).

Quanto ao SLU, seu funcionamento é precário e a Usina de Tratamento de Lixo da Asa Sul expõe-se ao colapso, pois resta em operação normal um biodigestor, dos quatro instalados.

No que se refere à Aids, o Instituto de Saúde não dispõe, desde fins de novembro último, de um reagente indispensável para quantificar as células de defesa orgânica. Só a partir daí os médicos podem dosar a medicação, de acordo com o grau de vulnerabilidade do paciente a infecções.

Um ponto comum liga os dois casos: falta de recursos financeiros.

Eis, aliás, o grande problema do DF, cuja receita própria corresponde a 30 por cento de suas necessidades. E não se trata de algo circunstancial, mas perma-

nente, porque Brasília jamais será um parque de indústria pesada. Cumprirá sua destinação de abrigar os Poderes da República e o Corpo Diplomático, a merecer o apoio de verbas orçamentárias da União, livre de idiosincrasias de momento.

Em suma, a capital de todos os brasileiros tem de contar com um fluxo certo de dinheiro federal, em termos definitivos, mediante dispositivo expresso da Constituição. Como o Fundo Especial defendido pela bancada de deputados e senadores do DF, iniciativa avalizada por legisladores lúcidos de todos os estados quando o Congresso promove a revisão da Carta Política de 1988. É uma iniciativa importante e lógica, em torno da qual se mobilizam o brasileiro em geral e a grande maioria dos habitantes deste País, além de autoridades de diversos níveis. Entre elas o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, já disposto a sensibilizar o presidente da República, Itamar Franco, a assumir posição de frente no movimento que deve conquistar autonomia financeira para o Distrito Federal.